

## BOLETIM 375

Brasília, 22 de junho de 2017

# CCJ do Senado confirma votação da reforma trabalhista dia 28

O PLC 38/2017, que trata da reforma trabalhista, vai ser votado no próximo dia 28 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) *(foto)*.

A confirmação foi feita na reunião desta quarta-feira (21), depois de quase duas horas de discussão entre opositoristas e o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), que também é o relator da proposta no colegiado. Ficou definido ainda que haverá duas audiências públicas sobre o tema em 27 de junho.

Conforme o acordo, no dia 28 haverá uma reunião extraordinária com início às 9h45 para leitura dos votos em separado ao relatório lido nesta quarta que forem apresentados. A leitura será feita até às 16h; a partir daí, será iniciada a fase de debates, com dez minutos de discussão para cada senador. A seguir, será feita a votação, que será precedida dos encaminhamentos.

A preocupação do líder governista era não deixar que os trabalhos fossem atrasados ou que a votação não ocorresse no dia 28. A oposição, por sua vez, insistia na importância de se garantir aos parlamentares tempo para discussão de um tema considerado tão relevante.

**Embates** - A reunião desta quarta-feira foi aberta com senadores alegando que a pauta



deveria ter sido publicada ao menos dois dias úteis de antecedência, conforme prevê o Regimento Interno. Eles também pediram a realização de audiências públicas para tratar de questões ligadas à constitucionalidade da proposta.

Romero Jucá lembrou que houve um acordo que permitiu a dispensa do interstício regimental de dois dias úteis para publicação da pauta. Além disso, ele inicialmente insistiu para que a leitura dos votos em separado não se tornasse meio de obstrução dos trabalhos.

**Mediação** - Com a mediação do presidente em exercício da CCJ, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), os senadores finalmente chegaram a um acordo de que não haverá obstrução, e a votação será feita em horário considerado razoável.

Os convidados para as duas audiências públicas ainda serão definidos. A intenção dos senadores é ouvir juristas sobre questões processuais trabalhistas e constitucionais. Anastasia recomendou a oitiva de seis convidados pela manhã e seis à tarde.

Fonte: Agência Senado



## Base do governo está 'constrangida' com reformas, diz Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse nesta quarta-feira (21) que os senadores que compõem a base do governo estão “constrangidos” a votar as reformas trabalhista (PLC 38/2017) e da Previdência. Para Paim, as propostas são “violentas” e mesmo as lideranças governistas não estão confortáveis com elas.

— Eu vejo os senadores votando constrangidos. Não tem um senador, na minha avaliação, que defenda essas duas reformas. O relator [Ricardo Ferraço (PSDB-ES)] já não defende. O próprio líder do governo [Romero Jucá (PMDB-RR)] diz que é obrigado a encaminhar por obrigação de ofício, mas você vê na fala dele que não há alma, não há sentimento.

Paim lembrou que Ferraço criticou pontos da reforma trabalhista e sugeriu que o presidente da República, Michel Temer, os solucionasse com vetos. Paim, porém, avalia essa ideia como inviável porque não se sabe “quem será o presidente no próximo mês”, devido à crise

política. Paim pediu que o Senado “assuma sua responsabilidade” e modifique o projeto.

O senador afirmou que apresentará um voto em separado pela rejeição da reforma na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que a colocará em pauta na semana que vem. O texto, segundo ele, está sendo elaborado em parceria com juízes e procuradores do Trabalho. Ele também fez um apelo ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, para que reúna os líderes e relatores e costure um acordo.

— Esse 'tudo ou nada' não é bom para ninguém — argumentou.

*Fonte: Agência Senado*

## NCST parabeniza senadores pela rejeição da Reforma Trabalhista

A diretoria e o presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), José Calixto Ramos, parabenizou os senadores que rejeitaram, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, o relatório da Reforma Trabalhista elaborado pelo senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) favorável ao desmonte da CLT.

Segundo a entidade, o resultado também é um esforço das Centrais Sindicais, num permanente processo de diálogo com congressistas, mostrando os riscos da aprovação deste texto para a qualidade de vida da classe trabalhadora brasileira.

“Entre os votos contrários, agradecemos, especialmente, o senador Paulo Paim (PT-RS),





### **Calixto: a luta tem que continuar**

que leu seu voto em separado, apresentou documento em defesa da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e em substitutivo ao texto de Ferraço, posicionamento este, que foi seguido de forma coerente e inteligente pela maioria dos senadores da CAS: Hélio José (PMDB-DF), Ângela Portela (PDT/RR), Humberto Costa (PT/PE), Paulo Rocha (PT/PA), Regina Sousa (PT-PI), Eduardo Amorim (PMDB-SE), Otto Alencar (PSD-BA), Lídice da Mata (PSB-BA) e Randolfe Rodrigues (REDE-AP)", relata Calixto.

Apesar da vitória, a luta pela manutenção dos direitos trabalhistas deve continuar. O relatório do senador Paim será avaliado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, por fim, pelo plenário do Senado. Por isso, de acordo com o presidente Calixto a Nova Central seguirá sua luta para que a Reforma Trabalhista seja completamente rejeitada.

"Manteremos nos firmes na luta contra a flexibilização direitos da população brasileira, adquiridos após anos de lutas da classe trabalhadora, movimentos sindicais e sociais, e conclamamos toda a sociedade para uma nova Greve dia 30 de junho para pressionar nossos congressistas contra as reformas", concluiu.

*Fonte: NCST*

## **Presidente em exercício da Câmara defende aprovação de idade mínima na Previdência**

O presidente da Câmara em exercício, Fábio Ramalho, defendeu nesta quarta-feira (21) que o Congresso aprove uma idade mínima na reforma da Previdência (PEC 247/16). Ele sugeriu 65 anos para homens e 62 para mulheres, com regras de transição, e propôs que outras alterações nas aposentadorias e pensões sejam apresentadas pelo próximo governo, em 2019.

"A Previdência tem que ser encarada de frente, mas temos que resguardar o direito de cada pessoa ter uma aposentadoria e saber de onde vão sair os recursos. Penso que avançar agora na idade é urgente. No próximo governo, daqui a um ano e sete meses, começa-se uma conversa e um entendimento com toda a população sobre a necessidade da reforma", afirmou.

Segundo Ramalho, mesmo em um contexto de crise política, as instituições estão funcionando normalmente, e as propostas são tratadas cada uma no seu tempo. Ele deu como exemplo a reforma política e defendeu a aprovação de uma proposta até setembro, para que possa valer nas eleições de 2018. Ramalho também explicou que as festas juninas diminuíram o ritmo de votações nesta semana e que, na próxima, a Câmara volta à normalidade.

*Fonte: Agência Câmara*



## 87% dos brasileiros querem eleição direta, aponta pesquisa

Pesquisa do DataPoder360 realizada de 17 a 19 de junho de 2017, aponta que 87% querem eleições diretas para escolher um novo presidente e 79% acreditam que Michel Temer não tem mais condições de governar e deve renunciar.

A pesquisa foi feita para avaliar o impacto das revelações trazidas pela delação premiada do empresário Joesley Batista, da JBS.

Temer é rejeitado por 75% dos brasileiros, sendo que apenas 2% consideram o governo positivo. Considerando que em maio deste ano, Temer tinha 65% de avaliação negativa, esse é um aumento significativo num curto espaço de tempo.

*Fonte: Portal Vermelho*

## Senado aprova prioridade especial para idosos com mais de 80 anos

O Plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (21) o projeto (PLC 47/2015) que altera o Estatuto do Idoso para garantir às pessoas com mais de 80 anos prioridade especial sobre os demais idosos, ou seja, aqueles acima de 60 anos. Essa preferência vai valer para processos judiciais e atendimentos de saúde, exceto em situações de emergência. A relatora da proposta na Comissão de Direitos Humanos, senadora Regina Sousa (PT-PI), defende a distinção entre as faixas de idade pelas dificuldades de mobilidade e maior vulnerabilidade dos octogenários. A matéria segue para sanção presidencial.

Fonte: Agência Senado

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**Luis Carneiro Rocha**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**